



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER JURÍDICO

PL 787/2025

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Luís Santos Pereira Filho, que *“Estabelece como cidades-irmãs a cidade de Sorocaba – SP e a cidade de Assunção – Paraguai e dá outras providências”*.

Nos termos da sua justificativa: *“O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o vínculo de cidades-irmãs entre Sorocaba, Estado de São Paulo, e Assunção, capital da República do Paraguai, com o objetivo de promover o intercâmbio cultural, econômico, educacional, turístico e tecnológico entre os dois municípios”*.

Tal iniciativa está em conformidade com nosso direito positivo, conforme a seguir exposto:

O reconhecimento de cidades-irmãs, voltado ao intercâmbio cultural, social, científico e institucional, é matéria que se insere no **interesse local**, compatível com a competência legislativa da Câmara, nos termos do art. 33, I, da Lei Orgânica Municipal.

Ressalte-se, ainda, que a competência da União para celebrar tratados internacionais (art. 84, VIII, da CF) não impede o Município de instituir vínculos dessa natureza, uma vez que tal ato não configura tratado, mas simples cooperação simbólica exercida no âmbito da autonomia municipal (art. 30, I e II). Dessa forma, não há qualquer invasão de competência federal.

No tocante à iniciativa legislativa, a proposição não cria obrigações nem interfere na organização do Executivo, limitando-se a estabelecer vínculo simbólico entre cidades, razão pela qual configura matéria de **iniciativa concorrente**, em consonância com o entendimento consolidado do **Supremo**





CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Tribunal Federal, já que não se enquadra no rol de iniciativas exclusivas do Prefeito previsto no art. 61, §1º, II, da Constituição Federal¹ e no art. 38 da Lei Orgânica².

Por fim, apenas a título de informação, estão em vigor no Município diversas leis que tratam do reconhecimento de cidades-irmãs, a saber: **Lei nº 12.362/2021**, que reconhece o vínculo entre Sorocaba e Sha'ar HaNegev (Israel); **Lei nº 12.872/2023**, que estabelece cooperação e intercâmbio entre Sorocaba e Xiamen (China); **Lei nº 13.150/2025**, que reconhece como cidades-irmãs Sorocaba e Votorantim; e **Lei nº 16.342/2025**, que institui o vínculo de cidades-irmãs entre Sorocaba e Cidade de San Salvador (República de El Salvador). Tais normas demonstram que a matéria já possui tratamento legislativo consolidado no âmbito municipal.

Ante o exposto, **nada a opor sob o aspecto legal** da proposição, ressaltando-se que a sua eventual aprovação dependerá do voto favorável da **maioria simples**, nos termos do art. 162 do Regimento Interno.

É o parecer.

Sorocaba, 24 de novembro de 2025.

Roberta dos Santos Veiga
Procuradora legislativa

¹ Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

² Art. 38. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - regime jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100300034003900330035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ROBERTA DOS SANTOS VEIGA** em **24/11/2025 13:38**

Checksum: **2084C2711A53B566B04752F2EDF38A35D10B0D6F360980AD96303BA4F07C86CE**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100300034003900330035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.